



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

PAUTA REUNIÃO DAS COMISSÕES DIA 14 DE MAIO 2026

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 6512/2025 - Estabelece normas para a regularização das obras construídas em desacordo com a lei de uso e ocupação do solo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 6604/2025 – Institui o auxílio aluguel Maria da Penha a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em situação de vulnerabilidade social e econômica no âmbito do Município de Palmeira.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2025 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 14, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Município de Palmeira, para alterar o seu Anexo III: Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano, criar Novos SEUS e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 6715/2026 - Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de Áreas Públicas, estabelece regras para transição de atividades econômicas, formaliza contrapartidas e dá outras providências para fins de composição judicial.

PROJETO DE LEI Nº 6771/2026 – Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e cria a Câmara de Conciliação de Precatórios no âmbito do Município de Palmeira/PR, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 6773/2026 - Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bem público à Organização da Sociedade Civil que especifica e dá outras providências.

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 6757/2026 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 6761/2026 – Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.200.000,00, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

PROJETO DE LEI Nº 6769/2026 – Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 182.586,44, no Orçamento Geral do Município.

PROJETO DE LEI Nº 6772/2026 – Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bem público à Organização da Sociedade Civil que especifica e dá outras providências.